

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.697.235 - SP (2017/0222039-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE  
**ADVOGADOS** : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S) -  
SP273843  
DESIRREE DE SOUZA FRANCO - SP353833  
**RECORRIDO** : GILMAR CABRELON  
**ADVOGADOS** : MARIA INÊS SERRANTE OLIVIERI - SP103748  
LUÍS AUGUSTO OLIVIERI - SP252648  
**AGRAVANTE** : MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA  
**ADVOGADOS** : LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884  
FERNANDO SHIBUYA LOPES - SP337926  
MARCIA CICARELLI BARBOSA DE OLIVEIRA - SP146454  
**AGRAVADO** : GILMAR CABRELON  
**ADVOGADOS** : MARIA INÊS SERRANTE OLIVIERI - SP103748  
LUÍS AUGUSTO OLIVIERI - SP252648

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE que discute: *a*) as condições assistenciais e de custeio asseguradas a ex-empregado para a manutenção de plano de saúde coletivo; e *b*) a validade de cláusula contratual do referido plano prevendo reajuste por faixa etária.

É o relatório. Decido.

As questões de direito do recurso especial foram afetadas à Segunda Seção como representativas de controvérsias a serem julgadas sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015.

Com efeito, as decisões de afetação dos REspS 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP delimitaram o Tema 1.034 nos termos da seguinte ementa:

**PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.**

**1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.**

**2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.**

*(ProAfR no REsp 1829862/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)*

Por sua vez, as decisões de afetação dos REspS 1.716.113/DF, 1.721.776/SP, 1.723.727/SP, 1.728.839/SP, 1.726.285/SP e 1.715.798/RS delimitaram o Tema 1.016 nos termos da seguinte ementa:

*PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE COLETIVO. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA E SOBRE O ÔNUS DA PROVA DA BASE ATUARIAL DO REAJUSTE. DISTINÇÃO COM A HIPÓTESE DO TEMA 952/STJ.*

*1. Existência de teses firmadas por esta Corte Superior no julgamento do Tema 952/STJ acerca da validade de cláusula contratual de reajuste por faixa etária.*

*2. Limitação da abrangência do Tema 952/STJ aos planos de saúde individuais ou familiares.*

*3. Necessidade de formação de precedente específico acerca dos planos coletivos.*

*4. Delimitação da controvérsia: (a) validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e (b) ônus da prova da base atuarial do reajuste.*

*5. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015.*

*(ProAfR no REsp 1716113/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)*

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprе destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo

# *Superior Tribunal de Justiça*

pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i)* **negue-se seguimento** ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre os aludidos temas; ou *ii)* **proceda-se a novo exame** da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir das referidas teses.

Publique-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator